

O Tempo e o Modo [Lisboa] no. 102 (nova série)

Fev. 1974: pág. 13-15

A SITUAÇÃO EM MOÇAMBIQUE NA GUINÉ EM ANGOLA

MOÇAMBIQUE

Ataques em vias de comunicação sobressaíram, no princípio do ano, no noticiário das acções militares havidas em Moçambique.

Assim, em 9 de Janeiro noticiava-se de Salisbúria terem sido atacados por guerrilheiros dois comboios na linha principal que liga a Rodésia a Moçambique: o comboio-correio entre Umtali e a Beira descarrilou devido a uma mina, e outra composição, enviada em seu socorro, foi alvejada com tiros de metralhadora.

Em 19 do mesmo mês, outra mina na referida linha férrea imobilizava um comboio misto de mercadorias e passageiros, causando a morte de um homem.

Em 3 de Fevereiro, uma mina, colocada a cerca de 90 quilómetros a norte da Beira, na mesma linha, fazia descarrilar dois vagões de outro comboio, mas sem consequências pessoais. No dia 21, uma composição da Trans Zambezia Railways foi flagelada entre Inhamitanga e Vila Fontes, do ataque resultando três mortos e cinco feridos; dias depois, um comboio que circulava na linha Mutarara-Moatize accionava um engenho explosivo na região de M'Cito, descarrilando duas máquinas e onze vagões e registando-se três mortes e ferimentos em sete outras pessoas.

Decorrido cerca de um mês — em 1 de Março —, a Reuter, citando a SAPA (desta agência de imprensa sul-africana provém habitualmente as informações deste teor que os jornais portugueses reproduzem por interposta Reuter), noticiava da Beira que estava a ser «intensificado o tráfego de

carga desta cidade-porto, para mais rápido escoamento das mercadorias acumuladas em consequência das actividades dos guerrilheiros e das inundações», e que «as condições ao longo do caminho de ferro Beira-Malawi foram melhoradas devido à imposição de novas medidas de segurança e aos reforços militares ao longo da linha. Apoiadas pela aviação, as forças de segurança têm vindo a tentar desalojar os bandos de guerrilheiros que têm organizado ataques contra os comboios que circulam naquela via desde a véspera do Ano Novo».

Entretanto, ao longo da segunda metade de Janeiro, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas percorreu demoradamente as áreas do centro e do nordeste de Moçambique, com especial relevo para a zona que se estende da cidade da Beira ao distrito de Tete.

O general Costa Gomes, que viajou acompanhado pelo comandante-chefe em Moçambique, chegou à Beira em 19 de Janeiro, no preciso momento em que naquela cidade, como em Vila Pery e em Manica, «a população — voltamos a citar a Reuter, segundo telegramas publicados na imprensa de Lisboa — pedia uma acção mais enérgica contra as guerrilhas».

Aliás, já então haviam sido anunciadas pelas autoridades locais «novas medidas de segurança», as quais incluíam «a criação de uma rede de 200 transmissores-receptores de rádio para que as propriedades isoladas possam manter-se em constante comunicação com as forças de segurança, bem como o reforço das unidades especializadas na luta antiguerrilhas estacionadas na área».

Ainda quanto aos caminhos de ferro de Moçambique, os jornais portugueses publicavam, em 1 de Março, a seguinte informação da Reuter, com procedência de Lusaka:

«Toda a produção de chumbo e zinco da Zâmbia que se destina à exportação, que anteriormente era escoada pelo porto moçambicano da Beira, via Malawi, vai passar a seguir outra rota devido ao recrudescimento da actividade dos guerrilheiros naquele território — declarou um porta-voz das minas de cobre Nchanga Consolidates (NCCM). (...) Acentuou, por outro lado, que se trata de uma medida temporária. O tráfego nas vias férreas moçambicanas tem sido recentemente perturbado por ataques dos guerrilheiros antigovernamentais».

Por outro lado, também as comunicações aéreas foram objecto de novas medidas. Em telegrama procedente de Lourenço Marques e que, datado de 28 de Janeiro, nos jornais veio publicado, informava a Lusitânia que «se encontram já em execução as novas normas de acesso às placas de estacionamento de aeronaves nos aeródromos e aeroportos de Moçambique aprovadas pelo Conselho de Defesa em reunião efectuada no passado dia 15. (...) Nos voos normais, é totalmente proibido o acesso às plataformas de estacionamento dos aviões por pessoas estranhas ao serviço. Nos voos normais com individualidades a bordo em viagem oficial, irão à plataforma de estacionamento os directores de aeroporto e os elementos da segurança que os mesmos entenderem por conveniente».

Em São Bento

Quando, em 29 de Janeiro, a Assembleia Nacional voltou a funcionar em plenário, a situação em Moçambique foi o tema das principais intervenções.

Primeiro orador dessa sessão de reabertura, salientou o deputado Morais Barbosa, evocando os acontecimentos até à data registados, que Moçambique «confia no apoio que inevitavelmente a metrópole não deixará de continuar a prestar-lhe», para depois afirmar, referindo-se à Frelimo:

«Os seus dispersos ataques, crescentes em número e diversificação, causam vítimas humanas e prejuízos materiais e criam clima de instabilidade moral que, constituindo indiscutível realidade política, não podem ignorar-se nem subestimar-se e, pelo contrário, devem encarar-se com realismo e vencer-se com decisão».

E mais adiante:

«Impõe-se, por conseguinte, rever o sistema de defesa dos aldeamentos e dotá-los de instrumentos que lhes permitam responder pronta e eficazmente a ataques (...). É necessário continuar a preservá-los, pelos meios adequados, das sempre possíveis infiltrações subversivas. Por outro lado, e especialmente enquanto não houver sido possível agrupar em aldeias todas as populações que ainda se encontram dispersas, torna-se urgente aperfeiçoar os nossos diversos dispositivos de segurança, sobretudo no mato».

Enquanto o deputado Morais Barbosa assim vincava «não ser possível exigir que as forças armadas se encontrem em toda a parte onde pode rebentar uma mina, que ora faz descarrilar um comboio, ora destrói um camião, ora decepa transeuntes, ou em todas as propriedades que podem ser assaltadas, ou junto de cada cidadão passível de um ataque de surpresa», o coronel Calapez Martins, por seu turno, chamava a atenção para «os ataques metódicos e persistentes, de poder ofensivo crescente, das forças de subversão, em perfeita conjugação de esforços», para afirmar:

«O nosso país foi pioneiro em abolir a pena de morte, todavia alguns países ainda a mantêm. Julgou-se então que no processo evolutivo cultural do homem seria chegada a altura de considerar ser suficiente uma pena mais leve para redimir o delinquente dos costumes e leis da sua sociedade. Concorde que não devemos adoptar uma linha de orientação estranha à tradição e aos ideais nacionais. Contudo, a ordem jurídica acompanha necessariamente a evolução social, e pode mesmo impulsioná-la».

E nestes termos defendeu o deputado a «actualização do sistema penal quanto aos actos de subversão e terrorismo», já que considerava «desactualizado o regime de penas previstas para os seus autores».

E, usando da palavra, em 8 de Março, em São Bento, o deputado Casal Ribeiro insurgia-se contra o que possa «alimentar ambições, dando armas e argumentos aos maus portugueses que no Ultramar — e quem duvida que os há? — sonham com novas Rodésias ou outros Zaires».

30 mil sem abrigo

As chuvas torrenciais que desde o começo do ano têm assolado os distritos de Tete e da Beira, fazendo transbordar do leito as águas do Zambeze e dos seus afluentes, deixaram sem abrigo milhares de pessoas. Ao fazer o balanço da situação, referia a Lusitânia em 22 de Fevereiro:

«Cerca de 30 mil pessoas ficaram sem habitação e perderam as suas culturas alimentares no concelho de Caia, e 90 por cento das ilhas que povoam o rio Zambeze estão submersas».

E a agência acrescentava:

«O colonato de Mopeia submergiu completamente, tendo-se perdido culturas de algodão e de girassol.

«Os encontros da ponte sobre o rio Cua-cua, recentemente construída, desapareceram, e a aldeia velha está isolada. As comunicações só são possíveis através de embarcações, havendo dezenas de camionistas bloqueados, quer na picada de Vicente, quer junto ao batelão do Zambeze».

Helicóptero atingido

Segundo o comunicado do Comando-Chefe das Forças Armadas de Moçambique publicado em 9 de Março, morreu um capitão piloto-aviador e ficou ferido um segundo-sargento quando o helicóptero em que ambos seguiam foi alvejado por armas ligeiras.

A mesma informação refere também a morte do condutor de uma viatura civil e noutro ocupante da mesma, próximo de Vila Pery, um morto e um ferido entre funcionários da Safrique atacados na região de Nhamacula e a afogamento de uma praça e um furriel no rio Pandira.

Conferência

A guerra revolucionária foi o tema de uma conferência proferida em 8 de Janeiro, na Liga dos Combatentes, pelo tenente-coronel José Luís Almiro Canelhas, «que — citamos O Século do dia seguinte — em 1958 frequentou, na Argélia,

uma escola de pacificação e contra-guerrilha e regressou recentemente de Moçambique».

Nessa conferência, «a terceira de uma série promovida por aquela Liga com o objectivo de dar a conhecer incidências da situação político-militar do País», afirmou o referido oficial: «É precisamente na guerra revolucionária, de origem marxista-leninista, mais tarde aperfeiçoada por Mao Tsé Tung, que vamos encontrar o mais intenso e hábil aproveitamento dos problemas sociais e humanos.» E citou ainda esta passagem de uma emissão da Frelimo:

«As massas, para participarem na guerra popular, devem ser organizadas e mobilizadas. Mas nós só podemos mobilizar o povo se aparecermos com palavras de ordem precisas que correspondam às necessidades fundamentais das massas.»

GUINÉ

Em 22 de Fevereiro, pouco depois das 19 horas, deflagrava uma bomba nas instalações, em Bissau, do Quartel-General do Comando Territorial Independente da Guiné. Dizia o comunicado deste órgão militar: «O acto de sabotagem verificou-se numa das dependências interiores do edifício, tendo provocado apenas danos materiais. Decorrem averiguações.»

Quatro dias depois, outra bomba explodia, cerca das 22 horas, num café de Bissau: segundo o comunicado oficial, «provocou um morto civil africano e 63 feridos civis e militares, dos quais seis graves, cujas identidades foram comunicadas às famílias, além de alguns danos materiais». Segundo o Diário de Lisboa de 1 de Março, entre os feridos graves contar-se-iam um furriel miliciano e três primeiros-cabos e, entre os feridos ligeiros, quatro furriéis milicianos, dois primeiros-cabos e três soldados.

Quanto às operações militares no terreno, o comunicado das forças armadas da Guiné respeitante ao período de 1 a 15 de Janeiro (publicado a 27) mencionava acções nas regiões de Lubacunda, Cubonge, Cubisseco, Cacine, Sare e Uale, nas tabancas de Ore, Maunde e Ore Bode e no rio Cacheu, referindo também:

«No plano militar, o inimigo mostrou-se particularmente activo contra algumas localidades fronteiriças, em especial no saliente nordeste da província, tendo para o efeito concentrado avultados meios nas regiões limítrofes do Senegal e da República da Guiné. Naquela área, o inimigo actuou ainda sobre forças em movimento e procedeu a larga implantação de engenhos explosivos, na sua maioria detectados e levantados pelas nossas forças.»

Pão mais caro

Por outro lado, em 7 de Fevereiro era tornado público um despacho do governador da Guiné elevando, com efeito a partir do início do mês, os preços de venda ao público do pão.

Ao mesmo tempo, mantendo a acuidade o problema do abastecimento ao território de outro produto de primeira necessidade, o arroz, saía de Lisboa um navio com 15 mil toneladas daquele produto, anunciando-se a partida para Bissau de mais dois barcos, ainda em Março, um com 500 toneladas e o outro com 5 mil, ao que se seguirão, em Abril, novos carregamentos.

Outro problema ainda: o gás. Enquanto começava a seguir arroz, cerca de 50 toneladas de butano eram também enviadas para Bissau, por via marítima, a fim de minorar as graves carências também neste domínio verificadas.

Carta

De O Século de 20 de Janeiro:

«BISSAU. — Guiné-Bissau. Alguma correspondência assim endereçada tem sido recebida no Centro de Informação e Turismo local, nos últimos tempos, proveniente de certos países vizinhos. A «guerra das cartas», tão inconsistente como a existência fantástica de um Estado invisível, é produto de uma guerra psicológica.

«Disse-nos o director desse Centro, dr. Jorge Rangel, que tal espécie de epistolografia é devolvida ao remetente, acompanhada de uma carta que corresponde ao carimbo de destinatário não encontrado e com a expressão «A bem da Nação Portuguesa».

«Jovem capitão com muitos louvores obtidos por acção na luta de guerrilhas, o dr. Jorge Rangel referiu-nos ainda vários casos passados, a roçarem pelo ridículo, como visitantes, alguns deles estrangeiros, que aqui desembarcaram, receosos, em trajos de campanha, sem malas e sem qualquer roupa complementar.»

EM CABO VERDE

Um decreto publicado no «Diário do Governo» em 25 de Fevereiro prorrogou por mais um ano disposições legais tomadas face à situação de urgência existente em Cabo Verde por motivo da longa estiagem que entra agora no sétimo ano consecutivo.

Por seu turno, a A. N. I., em telegrama da cidade da Beira publicado na imprensa em 7 de Março, informava:

«Apesar do suporte financeiro custeado pelo governo provincial no que se refere a bens de primeira necessidade, tais como o milho — base da alimentação do cabo-verdiano —, tem o custo de vida neste arquipélago sofrido sucessivas agravações.

«Os ovos, por exemplo, são vendidos no 'mercado negro' a 3 escudos cada, muito embora o seu preço de tabela seja 2\$50. Por outro lado, a ser permitida a importação de arroz dos Estados Unidos, ele deverá custar cerca de 30 escudos por quilo.

«Na base do aumento do custo de vida estará a necessidade de importação de vários produtos essenciais, consequência da seca que desde há já seis anos se tem feito sentir em Cabo Verde.»

ANGOLA

Numa conferência de imprensa em Luanda, em 8 de Março, o comandante-chefe das forças armadas de Angola, referindo-se aos 3 milhões de contos que constituem o total do orçamento dos três ramos das forças armadas do território, precisou:

«Sendo o exército o departamento militar com maior efectivo, é aquele que, consequentemente, absorve maior quinhão daquele total, quinhão esse distribuído da seguinte maneira: vencimento do pessoal militar e civil e previdência social absorvem aproximadamente 1 895 milhões de escudos (65 por cento). Aquisição de bens duradouros e construções, 286 milhões de escudos. Bens não duradouros, 220 milhões de escudos. O pagamento de serviços atinge o montante de 491 milhões e 300 mil escudos».

Seca e cólera

O planalto central angolano enfrenta a maior seca do século — afirmava em 3 de Março o jornal *Província de Angola*, citando a opinião de técnicos agrários. «A seca que está a assolar aquelas regiões começa a lançar no desespero todo o enorme sector agropecuário da região, considerada por muitos o celeiro de Angola. As colheitas estão praticamente perdidas, gerando-se perspectivas nada animadoras. Os pastos secam a olhos vistos. Os rios correm com um caudal mínimo e as nascentes desaparecem com o prolongamento da estiagem».

Paralelamente, a Direcção dos Serviços de Saúde de Luanda, num comunicado difundido em 28 de Fevereiro, informava que desde 1 de Janeiro até ao final da segunda

semana de Fevereiro se tinham registado 109 casos de cólera em Luanda, 6 no Dundo de Bragança, 6 em Carmona, 3 no Dondo e no Cacuso, 4 em Moçâmedes e 1 em Salazar.

Avião retido em Lagos

Em 24 de Fevereiro, um «Boeing 707» da companhia britânica Donaldson International Airlines, ao fazer escala, para se reabastecer, em Lagos, num voo de Amesterdão para Luanda, foi ali retido pelas autoridades nigerianas, às quais se afigurou suspeita a carga do aparelho — «insecticidas para aspersão de colheitas», indicavam em Londres os responsáveis da companhia.

Reportagens

«Luanda, 8. — O jornalista soviético Victor Louis acaba de efectuar uma visita de alguns dias a Angola, para estudo e observação das actividades deste estado português.

«Entretanto, e com a mesma finalidade, Victor Louis, que é acompanhado pela esposa, seguiu para a província de S. Tomé e Príncipe, voltando posteriormente à capital angolana, de onde partirá para Lourenço Marques. A partir daí, fará uma digressão por Moçambique. — (Lusitânia)».

(Dos jornais de 8 de Fevereiro).

ORÇAMENTOS MILITARES

Foram aprovados e postos em vigor os orçamentos para 1974 das forças terrestres da Guiné, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, que atingem os seguintes montantes: Guiné, 1 697 800 contos (participando Lisboa com 1 695 600 contos); Cabo Verde, 66 790 contos (62 325 contos); S. Tomé e Príncipe, 47 416 contos (44 905 contos).

CRÉDITOS ESPECIAIS

No Ministério das Finanças foram abertos créditos especiais no montante de 549 758 712\$90, destinados quer a reforçar verbas insuficientemente dotadas, quer a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado em vigor.

No que se refere às forças militares extraordinárias em África (remunerações em numerário e em espécie), o crédito é de 360 000 contos; para material de defesa e segurança da G. N. R., o crédito é de 43 258 712\$90.